



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Fotografias

Toda fotografia é um portal aberto para outra dimensão: o passado. A câmara fotográfica é uma verdadeira máquina do tempo, transformando o que é naquilo que já não é mais, porque o que temos diante dos olhos é transmutado imediatamente em passado no momento do clique. Costumamos dizer que a fotografia congela o tempo, preservando um momento passageiro para toda a eternidade, e isso não deixa de ser verdade. Todavia, existe algo que descongela essa imagem: nosso olhar. Em francês, imagem e magia contêm as mesmas cinco letras: image e magie. Toda imagem é magia, e nosso olhar é a varinha de condão que descongela o instante aprisionado nas geleiras eternas do tempo fotográfico.

Toda fotografia é uma espécie de espelho da Alice do País das Maravilhas, e cada pessoa que mergulha nesse espelho de papel sai numa dimensão diferente e vivencia experiências diversas, pois o lado de lá é como o albergue espanhol do ditado: cada um só encontra nele o que trouxe consigo. Além disso, o significado de uma imagem muda com o passar do tempo, até para o mesmo observador.

Variam, também, os níveis de percepção de uma fotografia. Isso ocorre, na verdade, com todas as artes: um músico, por exemplo, é capaz de perceber dimensões sonoras inteiramente insuspeitas para os leigos. Da mesma forma, um fotógrafo profissional lê as imagens fotográficas de modo diferente daqueles que desconhecem a sintaxe da fotografia, a "escrita da luz". Mas é difícil imaginar alguém que seja insensível à magia de uma foto.

(Adaptado de Pedro Vasquez, em **Por trás daquela foto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010)

1. O segmento do texto que ressalta a ação mesma da **percepção** de uma foto é:
- (A) *A câmara fotográfica é uma verdadeira máquina do tempo.*
- (B) *a fotografia congela o tempo.*
- (C) *nosso olhar é a varinha de condão que descongela o instante aprisionado.*
- (D) *o significado de uma imagem muda com o passar do tempo.*
- (E) *Mas é difícil imaginar alguém que seja insensível à magia de uma foto.*

2. No contexto do último parágrafo, a referência aos vários *níveis de percepção* de uma fotografia remete
- (A) à diversidade das qualidades intrínsecas de uma foto.
- (B) às diferenças de qualificação do olhar dos observadores.
- (C) aos graus de insensibilidade de alguns diante de uma foto.
- (D) às relações que a fotografia mantém com as outras artes.
- (E) aos vários tempos que cada fotografia representa em si mesma.

3. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Ao dizer, no primeiro parágrafo, que a fotografia *congela o tempo*, o autor defende a ideia de que a realidade apreendida numa foto já não pertence a tempo algum.
- II. No segundo parágrafo, a menção ao ditado sobre o albergue espanhol tem por finalidade sugerir que o olhar do observador não interfere no sentido próprio e particular de uma foto.
- III. Um fotógrafo profissional, conforme sugere o terceiro parágrafo, vê não apenas uma foto, mas os recursos de uma linguagem específica nela fixados.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma **SOMENTE** em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

4. No contexto do primeiro parágrafo, o segmento *Todavia, existe algo que descongela essa imagem* pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência do texto, por:
- (A) Tendo isso em vista, há que se descongelar essa imagem.
- (B) Ainda assim, há mais que uma imagem descongelada.
- (C) Apesar de tudo, essa imagem descongela algo.
- (D) Há, não obstante, o que faz essa imagem descongelar.
- (E) Há algo, outrossim, que essa imagem descongelará.

5. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Nem todos discriminam, numa foto, os predicados mágicos que a ela se (**atribuir**) nesse texto.
- (B) Os tempos que (**documentar**) uma simples foto, aparentemente congelada, são complexos e estimulantes.
- (C) A associação entre músicos e fotógrafos profissionais (**remeter**) às especificidades de cada tipo de sintaxe.
- (D) A poucos (**costumar**) ocorrer que as fotografias podem enfeixar admiráveis atributos estéticos, como obras de arte que são.
- (E) Imaginem-se os sustos que não (**ter**) causado aos nativos de tribos remotas a visão de seus rostos fotografados!



6. Existe transposição de uma voz verbal para outra em:

- (A) Variam os níveis de percepção de uma fotografia = São vários os níveis de percepção de uma fotografia.
- (B) As fotografias são uma espécie de espelhos = As fotografias tornam-se uma espécie de espelhos.
- (C) A percepção de uma imagem muda com o passar do tempo = O passar do tempo muda a percepção de uma imagem.
- (D) Os olhares hão de descongelar cada imagem = Cada imagem há de ser descongelada pelos olhares.
- (E) Certas fotos se assemelham a espelhos = Há espelhos aos quais certas fotos se tornam semelhantes.

7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Apesar de se ombrearem com outras artes plásticas, a fotografia nos faz desfrutar e viver experiências de natureza igualmente temporal.
- (B) Na superfície espacial de uma fotografia, nem se imagine os tempos a que suscitarão essa imagem aparentemente congelada...
- (C) Conquanto seja o registro de um determinado espaço, uma foto leva-nos a viver profundas experiências de caráter temporal.
- (D) Tal como ocorrem nos espelhos da Alice, as experiências físicas de uma fotografia podem se inocular em planos temporais.
- (E) Nenhuma imagem fotográfica é congelada suficientemente para abrir mão de implicâncias semânticas no plano temporal.

8. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) As fotografias, por prosaicas que possam ser, representam um corte temporal, brecha no tempo por onde entra nosso olhar, capturado que foi pela magia da imagem e por ela instado a uma viagem imaginária.
- (B) As fotografias, por prosaicas que possam ser representam um corte temporal; brecha no tempo, por onde entra nosso olhar capturado, que foi pela magia da imagem, e por ela instado a uma viagem imaginária.
- (C) As fotografias por prosaicas, que possam ser, representam um corte temporal: brecha no tempo por onde entra nosso olhar, capturado que foi, pela magia da imagem, e por ela instado a uma viagem imaginária.
- (D) As fotografias por prosaicas, que possam ser representam, um corte temporal, brecha no tempo por onde entra nosso olhar capturado, que foi pela magia da imagem e por ela instado a uma viagem imaginária.
- (E) As fotografias por prosaicas que possam ser, representam um corte temporal, brecha no tempo por onde entra nosso olhar, capturado, que foi pela magia da imagem e, por ela, instado a uma viagem imaginária.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Discriminar ou discriminar?

Os dicionários não são úteis apenas para esclarecer o sentido de um vocábulo; ajudam, com frequência, a iluminar teses controvertidas e mesmo a incendiar debates. Vamos ao Dicionário Houaiss, ao verbete discriminar, e lá encontramos, entre outras, estas duas acepções: a) perceber diferenças; distinguir, discernir; b) tratar mal ou de modo injusto, desigual, um indivíduo ou grupo de indivíduos, em razão de alguma característica pessoal, cor da pele, classe social, convicções etc.

Na primeira acepção, discriminar é dar atenção às diferenças, supõe um preciso discernimento; o termo transpira o sentido positivo de quem reconhece e considera o estatuto do que é diferente. Discriminar o certo do errado é o primeiro passo no caminho da ética. Já na segunda acepção, discriminar é deixar agir o preconceito, é disseminar o juízo preconcebido. Discriminar alguém: fazê-lo objeto de nossa intolerância.

Diz-se que tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade. Nesse caso, deixar de discriminar (no sentido de discernir) é permitir que uma discriminação continue (no sentido de preconceito). Estamos vivendo uma época em que a bandeira da discriminação se apresenta em seu sentido mais positivo: trata-se de aplicar políticas afirmativas para promover aqueles que vêm sofrendo discriminações históricas. Mas há, por outro lado, quem veja nessas propostas afirmativas a forma mais censurável de discriminação... É o caso das cotas especiais para vagas numa universidade ou numa empresa: é uma discriminação, cujo sentido positivo ou negativo depende da convicção de quem a avalia. As acepções são inconciliáveis, mas estão no mesmo verbete do dicionário e se mostram vivas na mesma sociedade.

(Aníbal Lucchesi, inédito)

9. A afirmação de que os dicionários podem ajudar a *incendiar debates* confirma-se, no texto, pelo fato de que o verbete **discriminar**

- (A) padece de um sentido vago e impreciso, gerando por isso inúmeras controvérsias entre os usuários.
- (B) apresenta um sentido secundário, variante de seu sentido principal, que não é reconhecido por todos.
- (C) abona tanto o sentido legítimo como o ilegítimo que se costuma atribuir a esse vocábulo.
- (D) faz pensar nas dificuldades que existem quando se trata de determinar a origem de um vocábulo.
- (E) desdobra-se em acepções contraditórias que correspondem a convicções incompatíveis.



10. Diz-se que tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade.

Da afirmação acima é coerente deduzir esta outra:

- (A) Os homens são desiguais porque foram tratados com o mesmo critério de igualdade.
- (B) A igualdade só é alcançável se abolida a fixação de um mesmo critério para casos muito diferentes.
- (C) Quando todos os desiguais são tratados desigualmente, a desigualdade definitiva torna-se aceitável.
- (D) Uma forma de perpetuar a igualdade está em sempre tratar os iguais como se fossem desiguais.
- (E) Critérios diferentes implicam desigualdades tais que os injustiçados são sempre os mesmos.

11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *iluminar teses controvertidas* (1^o parágrafo) = amai-nar posições dubitativas.
- (B) *um preciso discernimento* (2^o parágrafo) = uma arraigada dissuasão.
- (C) *disseminar o juízo preconcebido* (2^o parágrafo) = dis-suadir o julgamento predestinado.
- (D) *a forma mais censurável* (3^o parágrafo) = o modo mais repreensível.
- (E) *As acepções são inconciliáveis* (3^o parágrafo) = as versões são inatacáveis.

12. As normas de concordância verbal encontram-se plena-mente observadas em:

- (A) A utilidade dos dicionários, mormente quando se tra-ta de palavras polissêmicas, manifestam-se nas ar-gumentações ideológicas.
- (B) Não se notam, entre os preconceituosos, qualquer disposição para discutir o sentido de um juízo e as conseqüências de sua difusão.
- (C) Não convém aos injustiçados reclamar por igualdade de tratamento quando esta pode levá-los a perma-necer na situação de desigualdade.
- (D) Como *discernimento* e *preconceito* são duas acepções de *discriminação*, hão que se esclarecer o sentido pretendido.
- (E) Uma das maneiras mais odiosas de refutar os argu-mentos de alguém surgem na utilização de precon-ceitos já cristalizados.

13. Estamos vivendo uma época em que a bandeira da dis-criminação se apresenta em seu sentido mais positivo: trata-se de aplicar políticas afirmativas para promover aqueles que vêm sofrendo discriminações históricas.

Mantém-se adequada correlação entre tempos e modos verbais com a substituição das formas sublinhadas no trecho acima, na ordem dada, por:

- (A) Estávamos - apresentava - tratava-se - vinham
- (B) Estaríamos - apresentara - tratava-se - viessem
- (C) Estaremos - presente - tratar-se-ia - venham
- (D) Estávamos - apresentou - tratar-se-á - venham
- (E) Estaremos - apresentara - tratava-se - viessem

14. É preciso **reelaborar**, para sanar falha estrutural, a reda-ção da seguinte frase:

- (A) O autor do texto chama a atenção para o fato de que o desejo de promover a igualdade corre o risco de obter um efeito contrário.
- (B) Embora haja quem aposte no critério único de julga-mento, para se promover a igualdade, visto que des-consideram o risco do contrário.
- (C) Quem vê como justa a aplicação de um mesmo cri-tério para julgar casos diferentes não crê que isso reafirme uma situação de injustiça.
- (D) Muitas vezes é preciso corrigir certas distorções apli-cando-se medidas que, à primeira vista, parecem em si mesmas distorcidas.
- (E) Em nossa época, há desequilíbrios sociais tão gra-ves que tornam necessários os desequilíbrios com-pensatórios de uma ação corretiva.

15. Está correto o emprego da expressão sublinhada em:

- (A) Os dicionários são muito úteis, sobretudo para bem discriminarmos o sentido das palavras em cujas resi-da alguma ambiguidade.
- (B) O texto faz menção ao famoso caso das *cotas*, pelas quais muitos se contrapuseram por considerá-las discriminatórias.
- (C) Por ocasião da defesa de *políticas afirmativas*, com as quais tantos aderiram, instaurou-se um caloroso debate público.
- (D) Um dicionário pode oferecer muitas surpresas, des-sas em que não conta quem vê cada palavra como a expressão de um único sentido.
- (E) Esclarece-nos o texto as acepções da palavra *discrí-minação*, pela qual se expressam ações inteiramen-te divergentes.

**Raciocínio Lógico**

16. Um torneio que ocorre anualmente já teve um total de 30 edições, das quais quatro foram vencidas pela equipe Y, duas pela equipe Z, uma pela equipe W e as demais pela equipe X. As maiores sequências de vitórias em anos consecutivos que a equipe X conseguiu no torneio são constituídas de n títulos. Com essas informações, é correto concluir que n vale, no mínimo,
- (A) 2
(B) 3
(C) 4
(D) 5
(E) 6
-
17. O diretor comercial de uma companhia, preocupado com as numerosas reclamações de clientes sobre a falta de produtos do catálogo nas lojas da empresa, deu a seguinte ordem a todos os gerentes:
- “Pelo menos uma de nossas lojas deve ter em seu estoque todos os produtos de nosso catálogo.”
- Dois meses depois, o diretor constatou que sua ordem não estava sendo cumprida. Com essas informações, conclui-se que, necessariamente,
- (A) nenhum produto do catálogo estava disponível no estoque de todas as lojas da empresa.
(B) no estoque de apenas uma loja da empresa não havia produtos do catálogo em falta.
(C) alguma loja da empresa não tinha em seu estoque qualquer produto do catálogo.
(D) algum produto do catálogo estava em falta no estoque de todas as lojas da empresa.
(E) no estoque de cada loja da empresa faltava pelo menos um produto do catálogo.
-
18. Nos Jogos Pan-Americanos de 2011, realizados no México, o Brasil obteve no atletismo, pela quarta vez consecutiva, a medalha de ouro no revezamento 4×100 m masculino. Na final, disputada pelas equipes de apenas sete países (o quarteto de Bahamas foi eliminado), o México chegou à frente do Chile, mas atrás de São Cristóvão e Nevis. Já o time de Cuba foi o único cuja colocação ficou entre as colocações das equipes do Equador e dos Estados Unidos.
- Somente com essas informações, é correto dizer que a colocação da equipe do México na prova final foi
- (A) 2º ou 3º lugar.
(B) 3º ou 5º lugar.
(C) 3º ou 6º lugar.
(D) 4º ou 5º lugar.
(E) 4º ou 6º lugar.
-
19. Quatro mulheres estão sentadas em uma mesa redonda, de forma que cada uma tem uma pessoa à sua frente, outra à sua esquerda e uma terceira à sua direita. Num dado instante, cada uma faz uma afirmação.
- Cláudia:** estou à direita da Flávia.
Cecília: estou entre a Marina e a Cláudia.
Marina: estou entre a Cecília e a Cláudia.
Flávia: está chovendo.
- Sabendo que uma única das quatro afirmações é falsa, pode-se afirmar que a autora dessa afirmação
- (A) tanto pode ser a Cecília quanto a Marina.
(B) tanto pode ser a Cecília quanto a Flávia.
(C) certamente é a Cláudia.
(D) certamente é a Flávia.
(E) certamente é a Cecília.
-
20. Existem no mundo 7 bilhões de pessoas, nenhuma delas com mais de 200.000 fios de cabelo em sua cabeça. Somente com essas informações, conclui-se que existem no mundo, necessariamente,
- (A) mais do que 7 bilhões de fios de cabelo.
(B) pessoas com nenhum fio de cabelo em suas cabeças.
(C) duas pessoas com números diferentes de fios de cabelo em suas cabeças.
(D) duas pessoas com o mesmo número de fios de cabelo em suas cabeças.
(E) pessoas com 200.000 fios de cabelo em suas cabeças.

**Noções de Informática**

21. Ao dar um duplo clique no botão esquerdo do *mouse*, quando o cursor do *mouse* estiver apontando para a direita e posicionado na margem esquerda do texto de um documento no *Word 2010*, será
- (A) posicionado o cursor de texto no início da linha.
 - (B) selecionado todo o texto do documento.
 - (C) selecionada a primeira palavra da linha.
 - (D) selecionado todo o parágrafo.
 - (E) selecionada toda a linha.
-
22. Em um *slide* mestre do *BrOffice.org* Apresentação (*Impress*), NÃO se trata de um espaço reservado que se possa configurar a partir da janela Elementos mestres:
- (A) Número da página.
 - (B) Texto do título.
 - (C) Data/hora.
 - (D) Rodapé.
 - (E) Cabeçalho.
-
23. No *Windows Vista*
- (A) uma janela maximizada só pode ter suas dimensões alteradas através do botão Restaurar, exibido no canto superior direito ou clicando duas vezes, rapidamente, na barra de título.
 - (B) todas as janelas podem ser maximizadas e redimensionadas.
 - (C) é possível alternar entre as duas últimas janelas ativas ou navegar através de todas as janelas abertas, usando conjuntamente as teclas *Alt* e *Tab*.
 - (D) para fechar uma janela minimizada é necessário torná-la ativa, clicando no seu respectivo botão da barra de tarefas.
 - (E) é possível, manualmente, organizar as janelas de várias maneiras na área de trabalho. Porém, podem ser organizadas automaticamente pelo *Windows*, apenas nas formas em cascata e lado a lado.
-
24. Em relação à tecnologia e aplicativos associados à internet, é correto afirmar.
- (A) Navegação por abas, *find as you type* (mecanismo de busca interna na página) e motor de busca são recursos existentes tanto no *Mozilla Firefox*, quanto no *Internet Explorer 8*.
 - (B) A opção de bloqueio a *pop-ups*, um recurso presente no *Mozilla Firefox*, inexistente no *Internet Explorer 8*.
 - (C) No ambiente *Web*, o uso de teclado virtual em aplicativos tem como objetivo facilitar a inserção dos dados das senhas apenas com o uso do *mouse*.
 - (D) Em ambiente *Wi-Fi*, os elementos de rede que fazem a comunicação entre os computadores dos usuários, utilizam fibras óticas, conectadas a um *hub*.
 - (E) No *Thunderbird 2*, o acionamento do botão Encaminhar exibirá uma janela de opções, entre as quais a Lixeira de mensagens.
-
25. Quando o cliente de um banco acessa sua conta corrente através da internet, é comum que tenha que digitar a senha em um teclado virtual, cujas teclas mudam de lugar a cada caractere fornecido. Esse procedimento de segurança visa evitar ataques de
- (A) *spywares* e *adwares*.
 - (B) *keyloggers* e *adwares*.
 - (C) *screenloggers* e *adwares*.
 - (D) *phishing* e *pharming*.
 - (E) *keyloggers* e *screenloggers*.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26. César, chefe de um determinado grupo armado civil, ordenou que seus comparsas controlassem uma determinada comunidade de pessoas carentes, agindo contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. De acordo com a Constituição Federal tal ato constitui crime
- (A) inafiançável e insuscetível de anistia ou graça, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- (B) insuscetível de graça ou anistia, apenas, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- (C) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- (D) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- (E) inafiançável e imprescritível.

27. O sindicato dos metalúrgicos de determinada cidade, preocupado com a saúde dos trabalhadores sindicalizados, resolveu impetrar mandado de segurança coletivo contra ilegalidade da autoridade pública municipal, que determinou a continuidade do trabalho em determinada indústria da região mesmo havendo sério risco de contaminação por gases tóxicos. O referido sindicato poderá impetrar o mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros desde que esteja legalmente constituído e em funcionamento há, pelo menos,
- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

28. A empresa EIOATVO firmou contrato administrativo com a União Federal para o fornecimento de tijolos para específica obra pública, que será executada em determinada Penitenciária Federal. Havendo provas de fraude na licitação, o Congresso Nacional sustou o contrato e solicitou, de imediato, que o Poder Executivo tomasse as medidas cabíveis, que, apesar de decorridos mais de noventa dias, não tomou medida alguma, cabendo, então, a decisão ao
- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senado Federal.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Diretor da Penitenciária.
- (E) Presidente da República.

29. Ricardo, Ministro de Estado, residente e domiciliado no Distrito Federal, foi denunciado por crime de estelionato, pela emissão de cheque sem fundos numa imobiliária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para a compra de um imóvel para o seu uso particular à beira do Rio Amazonas. Ricardo, nos termos da Constituição Federal, será processado e julgado
- (A) originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) em âmbito administrativo pela Presidência da República, cujo processo será decidido pelo Presidente da República.
- (D) pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, competente em razão do local da prática do crime.
- (E) pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal competente em razão do domicílio do Ministro.

30. Gustavo, Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para preservar, em local restrito e determinado, a ordem pública ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional, indicando no decreto, segundo a Constituição Federal, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, podendo restringir os direitos de
- (A) ir e vir, sujeito à pena de banimento, apenas.
- (B) ir e vir, sujeito à prisão perpetua e multa.
- (C) imagem e de propriedade intelectual.
- (D) reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- (E) livre manifestação do pensamento e de propriedade imóvel.

31. A Constituição Federal estabelece determinadas atividades que constituem monopólio da União. Sobre o tema, cumpre assinalar que, em regra, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização de algumas dessas atividades, observadas as condições estabelecidas em lei, EXCETO:
- (A) refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (B) pesquisa, a lavra e o enriquecimento de minérios e minerais nucleares.
- (C) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades da refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (D) pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- (E) o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país.

Direito Administrativo

32. A Administração Pública, ao tomar conhecimento de infrações, cometidas por estudantes de uma escola pública, utiliza-se de um de seus poderes administrativos, qual seja, o *poder disciplinar*. Nesse caso, a Administração Pública
- (A) poderia utilizar-se de tal poder contra os estudantes da escola pública.
- (B) não poderia utilizar-se de tal poder, porém, pode impor sanções aos estudantes, com fundamento no poder de polícia do Estado.
- (C) poderia utilizar-se de tal poder, no entanto, ele está limitado à fase de averiguação, não cabendo à Administração, nessa hipótese, punir.
- (D) não poderia utilizar-se de tal poder, vez que ele somente é aplicável aos servidores públicos.
- (E) poderia utilizar-se de tal poder, que, nessa hipótese, será discricionário, ou seja, pode a Administração escolher entre punir e não punir.



33. Considere as seguintes assertivas concernentes ao tema *discricionariedade e vinculação* dos atos administrativos:

- I. A fonte da discricionariedade é a própria lei; aquela só existe nos espaços deixados por esta.
- II. No poder vinculado, o particular não tem direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato administrativo.
- III. A discricionariedade nunca é total, já que alguns aspectos são sempre vinculados à lei.
- IV. Na discricionariedade, a Administração Pública não tem possibilidade de escolher entre atuar ou não.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

34. Existem vários critérios de classificação dos órgãos públicos, tais como, os critérios de "esfera de ação", "posição estatal", "estrutura", dentre outros.

No que concerne ao critério "posição estatal", as Casas Legislativas, a Chefia do Executivo e os Tribunais são órgãos públicos

- (A) autônomos.
- (B) superiores.
- (C) singulares.
- (D) centrais.
- (E) independentes.

35. Com a extinção do órgão público "X", foi extinto o cargo público ocupado por João, que é servidor público federal estável. No entanto, com tal extinção, João foi colocado em disponibilidade. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, João

- (A) deveria obrigatoriamente ter sido redistribuído, não sendo possível sua colocação em disponibilidade pela Administração Pública.
- (B) será aproveitado em vaga que vier a ocorrer em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, mediante determinação do órgão Central do Sistema de Pessoal Civil.
- (C) retornará à atividade mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (D) terá cassada sua disponibilidade e tornado sem efeito eventual aproveitamento, caso não entre em exercício no prazo legal, ainda que por motivo de doença comprovada por junta médica oficial.
- (E) não poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, até seu adequado aproveitamento.

36. Guilherme, servidor público federal, recebeu vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre avaliação em obra pública. Ricardo, também servidor público federal, através de determinado ato, facilitou que terceiro enriquecesse ilícitamente. Segundo as disposições legais expressas contidas na Lei nº 8.429/1992, as condutas de Guilherme e Ricardo constituem

- (A) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo causador de prejuízo ao erário, respectivamente.
- (B) apenas ilícito penal, não caracterizando atos de improbidade administrativa, dada a atipicidade das condutas.
- (C) ato ímprobo causador de prejuízo ao erário e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- (D) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- (E) atos ímprobos que importam enriquecimento ilícito.

Direito do Trabalho

37. O empregado João prestou serviços para a empresa Alfa na unidade fabril do município de São Paulo por cinco anos, ingressando como ajudante geral. Após seis meses de sua admissão, passou a exercer as funções de operador de empilhadeira, embora continuasse registrado como auxiliar de produção. Mário ingressou na empresa Alfa um ano antes de João, trabalhando na unidade fabril do município de Osasco, que pertence à mesma região metropolitana de São Paulo. Mário sempre exerceu as funções de operador de empilhadeira e recebeu salário superior aquele percebido por João, em razão de possuir maior experiência no mercado de trabalho, conforme se verifica pelas ocupações anteriores anotadas em sua Carteira de Trabalho. Conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST, no caso em análise, encontram-se presentes os requisitos para a equiparação salarial entre João e Mário, devendo haver a condenação da empresa Alfa por diferenças salariais?

- (A) Não, uma vez que os cargos não têm a mesma denominação.
- (B) Não, porque o paradigma é mais experiente que o postulante na prestação de serviços nas funções de operador de empilhadeira.
- (C) Sim, porque ambos exerceram as mesmas funções e tarefas, independentemente da nomenclatura do cargo, não havendo diferença de 2 anos no exercício da mesma função.
- (D) Não, porque postulante e paradigma trabalharam na mesma localidade, mas em municípios distintos.
- (E) Sim, porque independente do local da prestação dos serviços e do tempo de diferença nas funções, trabalhando para a mesma empresa, na mesma função o salário deve ser igual.

38. *O Juiz do Trabalho pode privilegiar a situação de fato que ocorre na prática, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.* Tal assertiva, no Direito do Trabalho, refere-se ao princípio da

- (A) irrenunciabilidade.
- (B) intangibilidade salarial.
- (C) continuidade.
- (D) primazia da realidade.
- (E) proteção.



39. A empresa Gama Participações fornece a seu gerente João alguns benefícios, além do pagamento em dinheiro relativo ao salário. Das utilidades fornecidas pela empresa ao empregado sob a forma de benefícios, constituem salário *in natura*
- (A) matrícula e mensalidade de curso universitário.
- (B) vestuário utilizado no local de trabalho para a prestação de serviços.
- (C) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.
- (D) seguro de vida e acidentes pessoais.
- (E) aluguel de apartamento decorrente do contrato ou do costume.
-
40. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Nos termos da lei que assegura o exercício do direito de greve, NÃO são considerados serviços ou atividades essenciais:
- (A) assistência médica e hospitalar.
- (B) atividades escolares do ensino fundamental.
- (C) guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares.
- (D) compensações bancárias.
- (E) distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.
-
41. Em relação ao direito coletivo do trabalho é correto afirmar que
- (A) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.
- (B) a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico denominado categoria profissional diferenciada.
- (C) somente os Sindicatos poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.
- (D) as condições estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em Convenção Coletiva de Trabalho.
- (E) não será permitido estipular duração de Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho superior a um ano.
-
42. Maria foi contratada para cuidar de Sílvia que se encontrava enferma. Trabalhou por 12 meses na residência de Sílvia, cumprindo jornada de 8 horas diárias com uma hora de intervalo e duas folgas semanais; foi dispensada sem justa causa, recebendo apenas os salários do período. A empregadora não incluiu a empregada no regime do FGTS. Em relação aos direitos trabalhistas de Maria, é correto afirmar que terá direito
- (A) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3, 13^o salário, depósitos do FGTS com multa rescisória de 40% do FGTS.
- (B) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3 e 13^o salário.
- (C) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3, 13^o salário e multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias.
- (D) as férias de 20 dias úteis acrescida de 1/3, 13^o salário, depósitos do FGTS e multa rescisória de 40% do FGTS.
- (E) ao aviso prévio, férias de 20 dias úteis acrescida de 1/3, 13^o salário, depósitos do FGTS com multa rescisória de 40% do FGTS.
-
- Direito Processual do Trabalho**
43. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade
- (A) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida *ex officio* pelo Juiz.
- (B) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (C) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (D) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- (E) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
-
44. Carlos, analista judiciário do TRT, é arrolado como testemunha do autor em uma ação reclamatória trabalhista em que deverá depor em horário normal de seu expediente. Nesta situação, Carlos deverá
- (A) ser conduzido por oficial de justiça à audiência marcada.
- (B) comparecer espontaneamente à audiência designada.
- (C) ser ouvido na sua própria repartição.
- (D) prestar seu depoimento por escrito para posterior juntada aos autos.
- (E) ser requisitado ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.



45. No processo do trabalho, o Juiz deverá propor a conciliação
- (A) somente quando o valor da causa o permitir.
 - (B) somente quando houver requerimento das partes.
 - (C) após a apresentação da defesa e ao término da instrução processual.
 - (D) na abertura da audiência, antes da apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
 - (E) após a oitiva das partes e quando do encerramento da instrução processual.
46. João moveu reclamação trabalhista em face da empresa Omega Industrial, tendo atribuído à causa o valor total das verbas pleiteadas no importe de R\$ 3.000,00. Na audiência UNA designada a empresa reclamada não compareceu, e o juiz verificou que a citação não fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço incorreto da reclamada, absolutamente diverso daquele anotado em sua Carteira Profissional. De acordo com a CLT, o juiz deve
- (A) aplicar a penalidade da revelia e confissão da reclamada.
 - (B) abrir prazo para que o reclamante informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência.
 - (C) determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada.
 - (D) determinar a citação da reclamada por edital.
 - (E) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista e condenação do reclamante ao pagamento de custas sobre o valor da causa.
47. Em relação à execução por prestações sucessivas, por tempo indeterminado, é correto afirmar que
- (A) não há previsão de execução por prestações sucessivas no processo do trabalho.
 - (B) a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
 - (C) a execução por prestações sucessivas no processo do trabalho obedece aos parâmetros estabelecidos no CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.
 - (D) a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
 - (E) a execução compreenderá apenas as prestações devidas após o ingresso na execução.
48. Sobre a matéria recursal no Processo do Trabalho é correto afirmar que
- (A) cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
 - (B) no Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de oito dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o recurso de revista, sempre dotado de efeitos devolutivo e suspensivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando em qualquer caso, a decisão.
 - (D) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas em execução de sentença inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, sempre caberá recurso de revista.
 - (E) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- Direito Civil**
49. Berilo, cinquenta anos de idade, desapareceu de seu domicílio, sem deixar notícias de seu paradeiro e sem designar procurador ou representante a quem caiba a administração de seus bens. Foi declarada a sua ausência e nomeado curador através de processo regular requerido por sua esposa. Neste caso, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva
- (A) após o trânsito em julgado da decisão judicial que declarou a ausência de Berilo e nomeou curador.
 - (B) três anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.
 - (C) cinco anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
 - (D) sete anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
 - (E) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.
50. Um fundo de comércio, uma biblioteca e um rebanho são uma universalidade de
- (A) direito, direito e de fato, respectivamente.
 - (B) direito.
 - (C) fato.
 - (D) fato, fato e de direito, respectivamente.
 - (E) fato, direito e de direito, respectivamente.



51. Em um negócio jurídico uma parte pensa que a outra parte está doando um bem quando na verdade o bem está sendo oferecido à venda. Neste caso, ocorreu
- (A) *error in negotio* tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- (B) *error in corpore* tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- (C) erro acidental que não anula o negócio jurídico, devendo as partes adequá-los à situação real.
- (D) erro acidental que anula o negócio jurídico, não cabendo perdas e danos à parte prejudicada.
- (E) *error juris* tratando de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.

52. Considere as seguintes assertivas a respeito da obrigação de dar coisa certa e da obrigação de dar coisa incerta:

- I. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. Os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.
- II. Em regra, a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados.
- III. Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- IV. A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero. Nas coisas determinadas pelo gênero, em regra, a escolha pertence ao credor.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

53. De acordo com o Código Civil brasileiro, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é

- (A) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de dois anos contados do pagamento.
- (B) válido, exceto se provado depois que não era credor.
- (C) inválido em qualquer hipótese podendo ser arguida a qualquer momento.
- (D) válido, ainda provado depois que não era credor.
- (E) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de um ano contado do pagamento.

54. Mario, é solteiro, possui três filhos maiores e uma neta também maior. Mario pretende vender uma de suas casas de praia para sua neta. Neste caso, Mário

- (A) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento dos seus filhos, com exceção do pai da menina.
- (B) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento de todos os seus filhos.
- (C) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento dos seus filhos.
- (D) não poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento de seus filhos, tendo em vista expressa vedação legal.
- (E) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará apenas do consentimento do filho que é o pai da menina.

Direito Processual Civil

55. A incompetência em razão da matéria

- (A) não pode ser declarada pelo juiz de ofício.
- (B) acarreta a nulidade da prova, que deverá ser renovada perante o juízo competente.
- (C) deve ser arguida pelo réu como preliminar na contestação.
- (D) não pode ensejar conflito positivo de competência.
- (E) só pode ser arguida através de exceção.

56. A respeito dos prazos, considere:

- I. O prazo para emenda da petição inicial é dilatatório.
- II. Os prazos recursais são peremptórios.
- III. Conta-se em dobro o prazo para recorrer quando um só dos litisconsortes haja sucumbido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



57. Na fase de cumprimento da sentença, a defesa do executado através de impugnação
- (A) está sujeita ao prévio pagamento das custas.
 - (B) será distribuída por dependência e atuada em apartado.
 - (C) não poderá versar sobre ilegitimidade das partes.
 - (D) poderá versar sobre a ocorrência de pagamento anterior à sentença.
 - (E) dispensa a prévia segurança do juízo.
58. Pedro, réu numa ação ordinária, foi condenado ao pagamento de quantia em dinheiro reclamada pelo autor. Interpôs recurso de apelação. Na véspera do julgamento, se arrependeu e protocolou petição, que assinou juntamente com seu advogado, desistindo do recurso interposto. Todavia, não houve tempo da desistência chegar ao conhecimento da Câmara Julgadora e o recurso foi julgado e provido, para o fim de ser julgada improcedente a ação. Nesse caso, o julgamento é
- (A) nulo e ineficaz, prevalecendo o que foi decidido na sentença recorrida.
 - (B) válido, porque a desistência não chegou ao conhecimento da Câmara Julgadora.
 - (C) válido, porque a desistência não foi homologada.
 - (D) válido, porque não houve concordância da parte contrária quanto à desistência.
 - (E) válido porque a desistência deve ser protocolada com a antecedência de, no mínimo, cinco dias da data do julgamento.
59. Paulo adquiriu um imóvel através de contrato particular de compromisso de compra e venda não registrado. O imóvel foi penhorado em execução por quantia certa contra devedor solvente movida contra o compromitente vendedor. A defesa de Paulo deverá ser feita através de
- (A) oposição.
 - (B) ação ordinária.
 - (C) denúncia à lide.
 - (D) embargos de terceiro.
 - (E) assistência litisconsorcial.
60. Sobre a ação monitória, é correto afirmar que NÃO
- (A) pode a inicial fundar-se em mais de uma prova escrita sem eficácia de título executivo.
 - (B) pode a inicial ter por base nem fax, nem mensagem eletrônica (*e-mail*).
 - (C) cabe citação por edital.
 - (D) é admissível a citação por hora certa.
 - (E) depende de prévia segurança do juízo a oposição de embargos pelo réu.